



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

11/11/11
Sindjus-DF

...CORREIOS...

VENDA SOB ORIENTAÇÃO SINDICAL

Indicado para seu bem-estar
Sindjus

2007119

**Atendimento jurídico
muda vida dos filiados**

Págs. 12 e 13

Dia das crianças no Cefis

Págs. 15 a 18

**Servidores endividados
se orientam sobre orçamento**

Págs. 6 e 8

Tome uma atitude
para o seu bem-estar,
filie-se ao Sindjus.



Filiado Sindjus
tem benefícios:

- **Ação política**
Um trabalho de credibilidade junto aos poderes e à sociedade
- **História**
Uma história reconhecida pela defesa intransigente de seus associados
- **Parceiro social**
Combatividade em sintonia com os interesses da categoria
- **Atendimento jurídico gratuito**
Advogados solucionam causas pessoais dos associados
- **Conquistas**
Uma atuação marcada por mobilização e seriedade
- **Cefis**
O clube de campo é sinônimo de mais qualidade de vida
- **Convênios**
Dezenas de parcerias com instituições de ensino e de entretenimento
- **Comunicação**
Mídia impressa e eletrônica transparentes
- **Cultura**
Valorização do associado na vida profissional e pessoal

www.sindjusdf.org.br





CARTAS

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Cledo de Oliveira Vieira (TRT)
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)
José Oliveira Silva (TJDF)
Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noletto Costa (TSE)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Textos

Hylde Cavalcanti
Daniel Campos
Kiara Rodrigues
Eunice Pinheiro

Fotos

Valcir Rosa
Bruno Fernandes

Projeto Gráfico
EXTREMA
3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

“A matéria ‘Qualidade Abaixo da Média’, na última edição da revista, sobre o fato de que apenas 7% dos cursos autorizados pelo MEC recebem parecer favorável da OAB demonstra a crua e difícil realidade que somos obrigados a enfrentar com a banalização das faculdades”.

José Cavalcante

“Muito tem se falado sobre trem da alegria. Tenho observado que o Sindjus é completamente contrário ao ingresso sem concurso público. Aprovo a coragem do Sindjus em lutar por quem se esforçou, quem se dedicou, quem não tem nenhum “padrinho político” e penso que poderíamos fazer uma campanha com botons e camisetas – sou concursado – para inibir essa prática de transformar os tribunais em um cabide de empregos”.

Márcia Alencar

“Como é possível ter uma ascensão funcional sem que ela seja taxada de trem da alegria? O Sindjus fala em ascensão funcional democrática, mas como privilegiar os servidores do Judiciário sem excluir futuros pretendentes ao judiciário?”

Cristiano Quadros

“Tenho lido com frequência nas matérias que o Sindjus tem combatido a regulamentação da previdência complementar. Só que a composição do Congresso está plenamente desfavorável aos servidores. Infelizmente, estamos na mão de bancadas que não representam os trabalhadores. Deixo aqui o meu protesto com um legislativo que não representa a população”.

Américo Lima

“Eu vou frequentemente ao clube campestre do sindicato, o Cefis, e apreciei muito as mudanças, inclusive a criação do restaurante. Só queria dar como sugestão, quando tivessem shows, que eles fossem realizados em outro ambiente. É ótimo almoçar ouvindo música sertaneja, por exemplo, mas se fosse realizado em outro local do clube mais pessoas poderiam aproveitar”.

Renata Cesse

“A entrevista com o deputado Flávio Dino na edição passada me trouxe uma lucidez extra sobre certos assuntos, como a questão da reforma do estatuto da magistratura. De fato, a reforma do Judiciário precisa também acontecer de dentro para fora”.

Isaac Amaral

“Eu não tive oportunidade de participar da enquete sobre o que cada pessoa pode fazer para ajudar o mundo a ser um lugar melhor para se viver, que foi vinculada na edição passada da revista. Escrevo para dizer que o mundo poderia ser um lugar melhor se todos praticassem uma palavra – mobilização – para além dos discursos”.

André Lima

“Fico contente em receber uma revista que fala da minha categoria. As matérias tratam de temas que nos aproximam do sindicato. Mas queria que ela fosse além. O funcionário público tem todo um preconceito a respeito de que trabalha pouco e ganha muito, a revista poderia dar espaços para matérias que colaborarem para desmistificar essa idéia”.

Vicente Leitão

“A revista do Sindjus é um importante espaço para divulgar as ações do sindicato. Mas gostaria que ela abrisse as portas para os servidores poderem participar. Já tive a resenha de um livro publicada e gostaria que fosse criada uma seção para textos assinados pelos leitores”.

Fernando Netto

“Parabenizo a revista do Sindjus pela criação desta seção de cartas para expormos a nossa opinião sobre o que vem acontecendo em nossa luta diária. Que tenha a democracia e a transparência do sindicato. Vida longa a esse espaço”.

Aline Sobral

CARTA AO LEITOR



Setembro agitado, outubro mais ainda

Embora o governo relute, a pressão do grupo de entidades sindicais tem se fortalecido e as negociações em torno do PLP 01, que congela o salário dos servidores públicos num período de dez anos, começa a mostrar resultados: o Ministério do Planejamento e o próprio relator, José Pimentel (PT/CE), já falam em mudanças no texto.

Mas esta não é a única luta do Sindjus nos últimos meses. Outra batalha grande é contra a emenda nº 2 do PL 319/07. O relator Rodrigo Maia (DEM/RJ), a pedido dos tribunais superiores, criou uma emenda possibilitando mudanças no índice de não-concursados nos cargos em comissão.

A briga por uma ascensão funcional justa e transparente e contra a PEC 02 é um tema que não sai da pauta do sindicato que, em nome da moralidade e da valorização do servidor, tem envidado esforços em várias frentes.

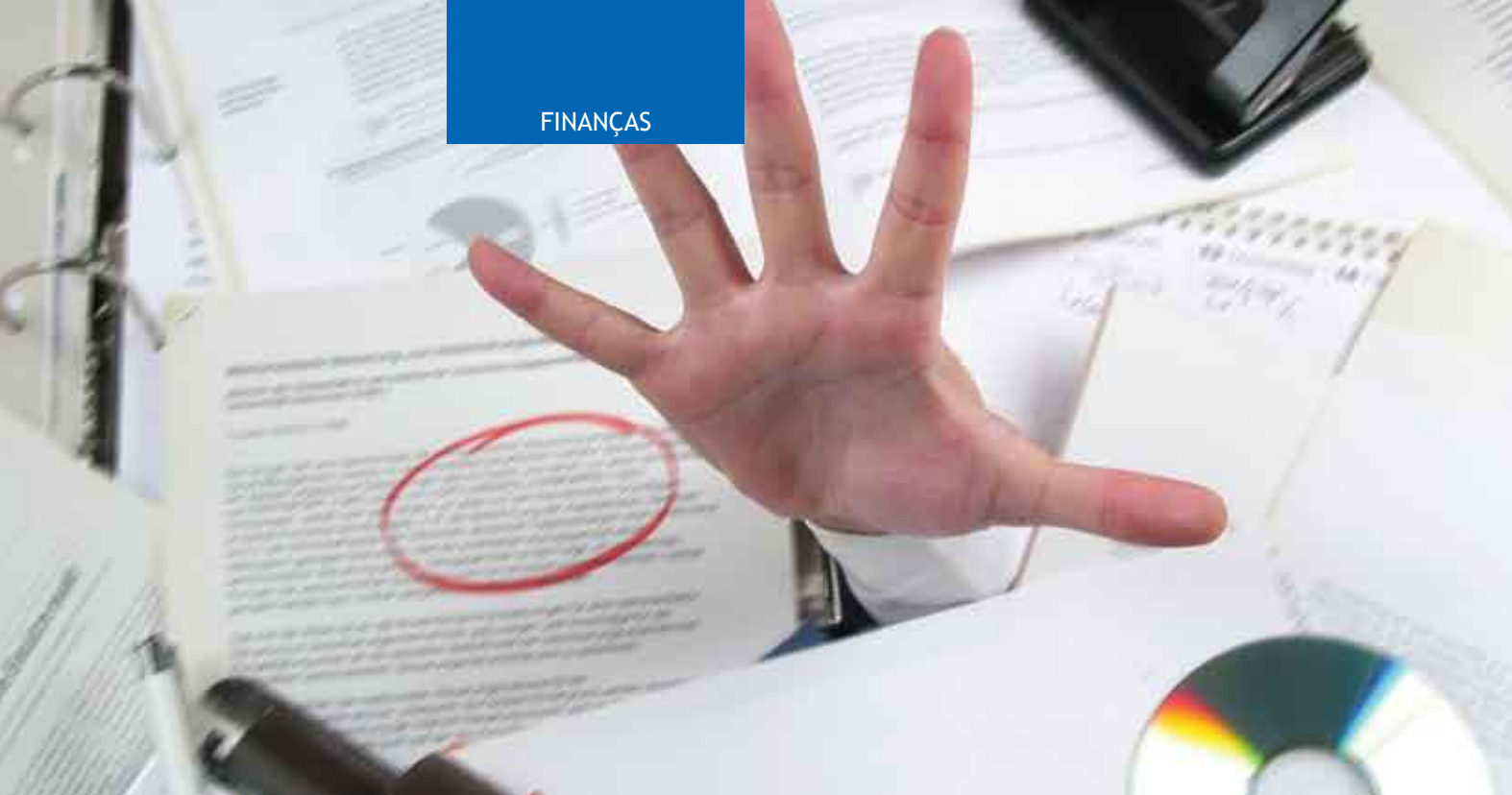
Mas isso não é tudo. Ainda no mês de Setembro, o Sindjus ajuizou ações que beneficiarão todos os associados do sindicato. Tratam da isonomia de reajustes (que chegam a 27%) e da correção da VPNI dos quintos, para as carreiras e para cargos em comissão.

O pacote de ações também pede revisão de vencimento de 14,23%; afastamento da cobrança do IR sobre atrasados; extensão de Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) para os aposentados e pensionistas; e a extensão de percentual de 3% aos servidores do Poder Judiciário e do MPU.

Como se não bastasse, a idéia do governo de criar um fundo de previdência para servidores públicos é outro assunto que preocupa a categoria. Motivo pelo qual, durante reunião com delegados sindicais, reforçamos o argumento de que, segundo a Constituição, a previdência complementar para os servidores públicos não precisa ser regulamentada.

Por tudo isso, se você achou que Setembro foi agitado, prepare-se: o Sindjus está elaborando um calendário de mobilizações para Outubro. Fique atento!

Roberto Policarpo
Coordenador-geral do Sindjus



Mais cuidado na hora de fazer o orçamento pessoal

Aumento do número de servidores endividados preocupa

“É preciso, estabelecer objetivos, saber aonde se quer chegar e analisar os caminhos que se precisa percorrer, pois um planejamento financeiro eficiente pode fazer mais pelo futuro de cada um do que 30 ou 40 anos de trabalho”.

Especialistas em Finanças e Administração já deram, há muito tempo, o recado: dinheiro, apenas, não traz felicidade. Mas o equilíbrio financeiro é, realmente, o caminho para uma vida mais tranquila para todas as pessoas. Esse caminho, porém, ainda é percorrido de forma tortuosa por muitos brasileiros, sobretudo os servidores públicos, cada vez mais apertados com defasagens salariais e empréstimos, cujas parcelas são consignadas em folha de pagamento.

As pesquisas internas são alarmantes e chegam a mostrar casos de instituições onde mais de 76% do total do quadro funcional se encontra, atualmente, endividado.

Os percentuais apurados em tais entidades são omitidos nesta matéria em respeito à

privacidade dos servidores. Mas essa tendência – decorrente das facilidades oferecidas pelos bancos – têm causado preocupação e despertado a todos para a necessidade de buscar orientação e ajuda. Os ensinamentos compreendem desde dicas sobre como administrar as contas a explicações sobre melhores opções para a resolução de pendências financeiras – mediante juros mais baixos e taxas menos exploratórias.

O objetivo destas iniciativas, já observadas na Câmara dos Deputados e no Banco Central, começa a ser percebido de forma mais bem delineada, também, em diversos tribunais e órgãos do Ministério Público da União (MPU), como é o caso do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Procuradoria Geral da República (PGR), do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre vários outros.

“Quando se fala em educação financeira, esse termo passa a idéia de que poupar parece coisa de rico, diante de uma classe média achatada e cada dia mais seduzida pelo consumismo, que prefere investir os ganhos imediatos em compras parceladas e quitar dívidas em empréstimos de longo prazo. Alguns destes financiamentos, acreditem, chegam a ser divididos em até 102 vezes, deixando os credores comprometidos de tal forma que as dívidas terminam se tornando uma bola de neve”, afirmou o economista e analista judiciário do TST, João Carmelino dos Santos, coordenador do projeto no tribunal onde trabalha (iniciado recentemente).

RETIRADAS SIGNIFICATIVAS

Outro grande problema destes empréstimos consignados, que são feitos mediante acordo entre os bancos e órgãos públicos, é que, para aumentar o limite de endividamento (que corresponde a 30% do valor do salário) – ou seja, ter uma margem consignável maior para novos empréstimos – os servidores acabam retirando dos seus contracheques, rubricas como pagamento de dependentes em planos de saúde, planos de previdência complementar, seguros e, até mesmo, mensalidades de sindicatos e associações. E, muitas vezes, sequer se dão conta da importância que a falta destes serviços pode trazer para a sua vida e a dos familiares.

A verdade, porém, é que nada disso resolve e o problema se intensifica. “Claro que não é preciso fazer como nossos avós, que guardavam dinheiro embaixo do colchão, nem achar que poupar sempre e gastar o mínimo é o melhor remédio. Poder desfrutar de pequenos prazeres é muito bom, mas é preciso certo equi-

líbrio para permitir às pessoas sonhar, realizar planos, garantir o bem estar pessoal e da família e, sobretudo, programar o futuro”, afirmou o economista Marcos Saboya, da Fênix Consultoria.

CAMINHOS A PERCORRER

Para Eduardo Aguiar, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, “é preciso, estabelecer objetivos, saber onde se quer chegar e analisar os caminhos que se precisa percorrer”. De acordo com ele, um planejamento financeiro eficiente pode fazer mais pelo futuro de cada um do que 30 ou 40 anos de trabalho.

No TST, o programa de orientação aos servidores foi iniciado no último dia 24, com uma palestra dos consultores Willian Eid Júnior e Fábio Gallo Garcia, ambos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mas a idéia do tribunal é de, a partir daí, promover oficinas sobre o tema e montar um parâmetro de avaliação que permita, não apenas ajudar os endividados, como também contribuir para coordenar a vida de todos. Inclusive aqueles que possuem

as contas organizadas, mas não dispõem de ferramentas necessárias para fazer um planejamento adequado. “Não se trata de um trabalho de orientação apenas, mas também de valorização dos servidores”, disse o diretor-geral do TST, Alexandre Coelho, ao abrir o projeto.

É com essa mesma proposta que a PGR realiza, há dois anos, iniciativa semelhante, intitulada de Orçamento Familiar. No caso da PGR, o programa segue os mesmos moldes do adotado pela Câmara dos Deputados. Foi iniciado com palestra de consultores, passou pela realização de cursos e culminou com a divulgação de material específico na Intranet com orientações aos interessados.

A meta, agora, é estender o trabalho para todo o Ministério Público Federal, conforme contou a chefe da seção de programas de Treinamento e Desenvolvimento do órgão, Liliane Flausino. “A gente pensa que o endividamento das pessoas não tem a ver com questões psicológicas. No entanto, tem tudo a ver, inclusive a forma como a pessoa lida

Para aumentar o limite de endividamento, os servidores acabam retirando dos seus contracheques, rubricas como planos de saúde, planos de previdência complementar, seguros e mensalidades de sindicatos e associações. Muitas vezes, sequer se dão conta da importância que a falta destes serviços pode trazer para a sua vida e a dos familiares.

Servidores do TST assistem, atentos, a palestra de especialistas da FGV com dicas sobre como equilibrar melhor as contas



com a questão de dar e receber”, ressaltou ela.

No STJ, o programa de equilíbrio financeiro faz parte do Programa de Qualidade de Vida implementado pelo tribunal. “As ações compreendem a prevenção para evitar problemas financeiros, cursos que abordam questões psicológicas e a parte prática de um modo geral, que ensina até mesmo como cada um pode organizar planilhas orçamentárias”, contou o técnico judiciário Sartre Gonçalves Santos, um dos executores do trabalho.

No TSE, por sua vez, a co-

ordenadora de Educação e Desenvolvimento, Thayane Fonseca, explicou que não existe ainda um projeto específico, mas ações isoladas – também na forma de palestras e cursos - que têm como intuito, promover uma conscientização dos servidores sobre a sua situação. Tal trabalho, acrescentou a coordenadora, tem ainda um caráter preventivo, no sentido de alertar os demais servidores (principalmente os recém-chegados ao tribunal) para o fato de que os atrativos com o crédito consignado nem sempre conduzem a uma melhor opção para as finanças.

DICAS VALIOSAS

De uma forma ou de outra, as sugestões dos especialistas apresentam vários pontos de consenso. Dentre os quais, o de

que é necessário cortar gastos, tentar um refinanciamento da dívida a juros menores e, principalmente, buscar o apoio da família. “Ninguém precisa ter vergonha. Ficar endividado não é prerrogativa de uma só pessoa nem acontece uma única vez da vida. Mas é preciso ter perseverança para sair da crise e força de vontade para não se deixar atrair por novos desejos consumistas, sem antes ter resolvido a situação deficitária”, afirmou a administradora Marília Sampaio.

Portanto, se você é um dos que engrossam o percentual de servidores públicos endividados nos tribunais e órgãos do MPU, não se estresse tanto. Aproveite a dica dos próximos treinamentos e palestras e veja, nas tabelas anexas, o que pode fazer para sair do “pendura” e reestruturar sua vida.

Planejamento	Planeje os gastos para conhecer seus limites de consumo
Controle	Controle seus impulsos de consumo
Coerência	Não tenha um padrão de vida maior do que suas posses
Avaliação de juros	Não pague juros maiores do que os que recebe de seus investimentos
Poupança	Poupe para garantir aquisições futuras
Avaliação econômica do país	Jamais despreze a inflação
Cuidado com o futuro	Resista à tentação de gastar a poupança que garantirá sua velhice
O valor da pesquisa	Informe-se bem antes de investir
O poder das pequenas coisas	Jamais despreze pequenos valores
O poder da pechincha	Jamais despreze uma boa negociação de preços

Fontes: compilação de dicas extraídas dos site da ExpoMoney e de consultorias financeiras

CONSELHOS PARA QUEM PRECISA QUITAR DÍVIDAS

- Jamais use o cheque especial ou o pagamento parcial do cartão de crédito. Peça empréstimos no banco, que saem mais baratos
- Passe a controlar os saldos de seu cartão de crédito com mais frequência, pelo menos a cada 10 dias, para que deixe de gastar além do esperado
- Anote todos os gastos do mês, para descobrir onde cortar despesas
- Elabore um plano radical de enxugamento
- Acabe de vez com a tentação das compras a prazo
- Use todos os tipos de poupança que você tem. Não adianta estar com investimentos e perder mais com os juros da dívida. O mesmo vale para bens como terrenos e imóveis à espera de valorização
- Fuja de atividades de lazer que custam. Aprenda a valorizar coisas como um passeio ao ar livre ou uma reunião com amigos e familiares.

Fontes: compilação de dicas extraídas dos site da ExpoMoney e de consultorias financeiras



Cerbasi aconselha as pessoas a usarem ferramentas de controle para planejar suas contas

Autor dos livros *Dinheiro – Os Segredos de Quem Tem* e *Casais Inteligentes Enriquecem* o consultor financeiro Gustavo Cerbasi é, atualmente, um dos maiores especialistas em planejamento financeiro no Brasil. Professor da Fundação Instituto de Administração e sócio-diretor da Cerbasi & Associados, ele está lançando, nas próximas semanas, três novas publicações com dicas sobre como conduzir melhor o orçamento. Nesta entrevista, Cerbasi aborda a importância das pessoas terem sempre um plano com começo, meio e fim para quitar seus projetos financeiros e comenta o crescimento, observado nos últimos anos, das ofertas de empréstimo por parte dos bancos.

Como o senhor vê esse problema, que é muito sério hoje em dia, dos servidores de órgãos públicos se endividarem cada vez mais e mais com empréstimos que já são descontados nos contracheques?

Infelizmente isso vem sendo observado não apenas com servidores públicos, mas

também junto a trabalhadores de empresas privadas. Houve um grande crescimento nas ofertas de empréstimo por parte dos bancos e isso levou a um excesso de facilidades. O que falta às pessoas é perceber, em essência, se o crédito será adquirido por uma real necessidade ou para satisfazer uma opção momentânea. O crédito é recomendável apenas para quem possa tirar um bom benefício dele, como por exemplo, comprar um computador para ser utilizado na educação dos filhos ou trocar de carro se isso for importante para permitir melhores deslocamentos durante o trabalho.

Que outras opções o senhor sugere para as pessoas que recorrem a esse tipo de empréstimo, como opção mais em conta e menos sacrificante, já que vários destes créditos consignados podem ser parcelados em até 102 vezes?

Acho que, antes de procurar o banco, as pessoas precisam ter um plano com começo, meio e fim, sabendo como quitar esse projeto e tendo

“É imprescindível colocar tudo, sempre, na ponta do lápis”

tudo na ponta do lápis. Se alguém já estiver numa situação de muitas dívidas acumuladas, o ideal é, primeiramente, conversar com um advogado para tentar renegociar bem essas dívidas. Também seria o ideal tentar trocar todas as dívidas por uma única operação de empréstimo. Mas há outras opções, dependendo do grau de endividamento, como o refinanciamento do carro quitado junto ao banco ou – em casos muito graves – a hipoteca de um imóvel.

O senhor destaca muito, em seus livros, a importância do engajamento dos casais para uma boa saúde financeira. Em casos de dívidas, qual o melhor conselho que o senhor dá para as famílias?

O de que é preciso abrir o jogo com todo mundo. A pior coisa que pode acontecer numa situação de dívida é tentar amenizar os fatos. De um lado, a família não sabe de nada e, indiretamente, atuará contra nessa situação, dando continuidade ao consumo. O correto é dividir o problema com o cônjuge e até com os filhos, dependendo da idade deles. Procurar conversar seriamente sobre o assunto e decretar uma guerra familiar para conter os gastos. É preciso ter, inclusive, a humildade de comentar sobre a situação com amigos e familiares, que muitas vezes podem não ter condições de emprestar dinheiro, mas podem dar orientações e

até criar situações que ajudem a família como um todo, reduzindo despesas de lazer.

Um jantar na casa de conhecidos pode ser muito agradável e ajudar um casal que não pode gastar com idas ao restaurante, por exemplo.

Que conselho o senhor dá para as pessoas que metem os pés pelas mãos e, vez por outra, se vêem encalacradas com dívidas que, antes, pareciam pequenas?

É preciso tentar usar mais determinadas ferramentas de controle, como sair do cheque especial o mais rápido possível sempre que o utilizar. Também é bom evitar parcelar pagamentos no cartão de crédito, procurar pechinchar nas compras e, quando tiver de comprar um bem, fazer o possível para efetuar pagamento à vista.

E no caso de servidores públicos, como os do Judiciário e do MPU, que em geral são pessoas concursadas e gozam de certa estabilidade no emprego?

Eles precisam ter consciência de que mesmo com essa estabilidade, se não tiverem um horizonte bem trabalhado em termos de planejamento financeiro, passarão pelos mesmos problemas que os demais brasileiros. E precisam saber que controlar melhor os gastos é, hoje, uma necessidade de todos.

Sindjus programa ações para garantir pagamentos atrasados dos servidores

Sindicato prepara calendário de mobilizações para forçar o cumprimento das promessas

Desde o dia 28 de julho, durante audiência com o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, se comprometeu a resolver várias pendências dos servidores do Judiciário, inclusive negociar, junto ao Ministério do Planejamento, a liberação dos recursos necessários para o pagamento destes passivos - como os 11,98% (o principal e juros), os quintos e o valor retroativo do enquadramento (estabelecido conforme o artigo 22 da Lei 11.416, mas pago só parcialmente aos tribunais). Policarpo, ao longo desse período, também conversou com o diretor geral do STF e o diretor-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o assunto. No entanto, passados mais de dois meses, o compromisso assumido pela ministra, ainda não foi cumprido.

Em função disso, a diretoria do Sindjus está conclamando a categoria para se preparar, a partir do mês de outubro, para um calendário de mobilizações a ser realizado em cada local de trabalho, com o objetivo de reivindicar a imediata resolução de tais pendências.

Policarpo lembrou que é grande a insatisfação dos servidores com a demora do tribunal em solucionar estes débitos, uma vez que todos estão sendo prejudicados com a indefinição

sobre os passivos. "Precisamos cobrar mais empenho do STF nas negociações", afirmou.

Outro ponto que o Sindjus cobra é a correção dos valores do auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar, pois o sindicato pediu o reajuste destes benefícios, conforme o cálculo da inflação a todos os tribunais, a fim de garantir o poder de compra dos servidores.

REGULAMENTAÇÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO É QUESTIONADA

O Sindjus apresentou requerimentos administrativos aos Diretores-Gerais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, para que adotem as providências necessárias visando alterar o artigo 6º do Anexo I da Portaria Conjunta nº 1, de 2007, excluindo-lhe a expressão "em conjunto com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada".

Para conceder o adicional de qualificação em decorrência de especialização, mestrado ou doutorado, os órgãos do Poder Judiciário têm exigido dos seus servidores a correlação dos conhecimentos adicionais obtidos nesses cursos com as atribuições do seu cargo



O coordenador do Sindjus durante a audiência com a ministra Ellen Gracie

efetivo ou com as atividades desempenhadas no exercício de cargo em comissão ou de função comissionada (artigo 6º do Anexo I da Portaria Conjunta nº 1, publicada em 9 de março de 2007).

A exigência, no entanto, é ilegal, porque o dispositivo da Lei que instituiu o adicional de qualificação não a prevê. O artigo 14 da Lei 11.416, de 2006, apenas exige que os cursos que autorizam a percepção do adicional tenham se dado nas

áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário. Área estas que já foram definidas pela Portaria Conjunta de forma ampla (artigo 5º), porque amplo é o âmbito dos interesses da administração da justiça.

Ao exercer o poder regulamentar sobre o adicional de qualificação, que deveria bastar-se em definir as áreas de interesse do Poder Judiciário, a Portaria Conjunta foi além e inovou, porque estabeleceu requisito novo para sua ob-

tenção. Algo que na lei não constava. Inegavelmente, a lei não exige certa correlação entre os cursos e as atribuições do cargo, não podendo no regulamento constar esta exigência, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da separação dos poderes.

O que se tem percebido é que, ao definir a correlação entre os cursos havidos nas áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário e as atribuições

de Direito Administrativo.

A lógica do adicional de qualificação é outra, bem diferente. Foi instituído para remunerar melhor o servidor do Poder Judiciário pelos conhecimentos adicionais adquiridos, ou seja, pela qualificação excedente à exigida para o cargo.

Se o interesse da administração da Justiça está espalhado pelas mais diversas áreas de conhecimento, então é desarrazoado restringir a motivação para a qualificação daqueles que estão envolvidos nesta tarefa institucional, mediante a concessão do adicional apenas em relação aos cursos de pós-graduação relacionados às atribuições dos servidores individualmente considerados.

Fere a própria lógica da qualificação a concessão do adicional apenas aqueles que mantêm seus conhecimentos adstritos às atribuições do cargo: mais qualificado é aquele servidor que foi além, que buscou conhecimentos excedentes aos exigidos para o desempenho do cargo efetivo ou dos cargos em comissão e funções comissionadas.

PL 319

Como se não bastasse a demora para a resolução destes problemas, um dos pontos abordados durante a audiência que o coordenador do Sindjus teve com a ministra Ellen Gracie foi o pedido de apoio do STF na aprovação do PL 319/2007, que traz de volta alguns pontos vetados na Lei 11.416 (referente ao PCS do Judiciário). O texto corrige falhas observadas durante a regulamentação do PCS. Mas apesar disso, o relator da proposta na Comissão de Trabalho da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), além de rejeitar emendas apresentadas pelos parlamentares que beneficiavam os servidores, acrescentou uma outra, de sua autoria que, se aprovada, criará

um novo trem da alegria no Judiciário.

A emenda, objeto de polêmica nas últimas semanas, permite que 100% dos cargos em comissão nos gabinetes dos ministros dos tribunais superiores e dos conselheiros do CNJ possam ser ocupados por pessoas de fora da carreira, enquanto o teor do PCS estabelece que 50% dos cargos em comissão sejam preenchidos por pessoas concursadas, pertencentes aos quadros do Judiciário.

Na avaliação do sindicato, além de inconstitucional, a emenda "cria uma distinção inadmissível em matéria que sempre teve tratamento uniforme nos PCSs do Judiciário e do MPU. Sem falar que, na prática, exclui dos servidores efetivos dos tribunais superiores e do CNJ a possibilidade de ocuparem cargos em comissão nos gabinetes". Policarpo divulgou nota oficial aos parlamentares, pedindo que revejam o teor da emenda, "em nome de um serviço público mais profissionalizado e transparente".

Depois de iniciar ampla campanha contra essa emenda e de conversar com diversos parlamentares, o Sindjus conseguiu fazer com que Ricardo Maia pedisse, no último dia 19, a retirada de pauta do seu relatório. Para isso, Policarpo conversou até o último momento com deputados, argumentando sobre os prejuízos que a emenda poderá causar para os servidores, caso venha a ser aprovada.

PERIGO NÃO PASSOU

No último dia 27, depois de mais uma semana marcada pelo trabalho do Sindjus com os deputados que integram a Comissão de Trabalho, o PL 319/07 foi retirado novamente da pauta. Mas o perigo ainda não passou.

O Sindjus continua a luta para que o texto seja votado

sem a aprovação da emenda nº 2 do relatório de Maia — a que abre caminho para a contratação de servidores não concursados — e, ainda, que sejam incluídos, no teor do projeto, outros pontos que trazem avanços para a carreira dos servidores. É importante, neste processo, que todos os servidores encaminhem e-mails aos parlamentares pedindo a rejeição da emenda. O que pode ser feito a partir do site do Sindjus. Além de disponibilizar um modelo padrão de carta, o sindicato criou um link específico para os interessados em enviar a mensagem, disposto no banner principal da sua página na Internet.

Por isso, além do trabalho engajado de cada servidor, é importante exigir do STF maior engajamento nesta luta, já que a presidente do tribunal se comprometeu de participar das negociações junto ao Legislativo pela aprovação do PLL. Precisamos cobrar e nos fazer ouvidos. Pela maior valorização da categoria!

Fiquem alertas para o calendário a ser divulgado nas próximas semanas.

"É grande a insatisfação dos servidores com a demora do tribunal para solucionar estes débitos, uma vez que todos estão sendo prejudicados com a indefinição sobre os passivos."

Atendimento jurídico muda vida de servidores

Além do fato de serem servidores de carreira do Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, há um forte ponto em comum entre um servidor do TST que quer resolver um problema com o Detran, uma servidora do STM que precisa obter na justiça uma separação de corpos, um servidor do MPDFT que foi vítima criminal, uma servidora do STF que pretende solucionar uma questão de família e uma do TST que luta por uma rescisão de contrato - o fato de eles usufruírem dos serviços de uma equipe de advogados especialista em direito público disponibilizada, gratuitamente pelo Sindjus, aos seus associados. Isso existe?

Ruth, que trabalha no museu do tribunal, enfrentou um grande sufoco diante de uma ação de família que surgiu sem que ela esperasse. "Naquele momento diante dos custos, eu não teria como resolver essa questão particularmente. Eu não tinha dinheiro para arcar com as despesas cobradas por um advogado particular. Foi então que meus amigos do tribunal me disseram que o Sindjus cuidava das ações pessoais de seus associados. Eu confesso que custei a acreditar. Afinal, era tudo o que eu precisava naquele momento".

Esse é o ponto em comum que aproxima muitas pessoas que já experimentaram o atendimento jurídico do sindicato. Um atendimento que tem dado o que falar.

COMODIDADE

Para muitos resolver um pro-

blema, judicialmente falando, implica em muito dinheiro e tempo a serem gastos. Mas não foi isso que aconteceu com Hernani Dutra, que é servidor do TRF e trabalha na gráfica do tribunal. "O grande diferencial que encontrei no atendimento jurídico do Sindjus foi a comodidade, da qual desfruta o servidor público que não tem o tempo de ócio que o povo gosta de dizer que temos", brincou Hernani.

"Todos sabem que, quando se trata de causas judiciais, quanto maior a nossa urgência, maior a despesa. O mais fantástico foi que, sem sair do lugar, consegui encaminhar tudo (só precisei ir ao Sindjus para assinar uma procuração). A atuação do sindicato foi muito eficaz, afinal em um período curto conseguimos muita coisa. E além do mais, o serviço não tem custo adicional algum além da nossa mensalidade como associados".

Até o fechamento da edição desta revista, a ação de Hernani estava em andamento, mas, segundo ele, já havia sido dado um grande passo em relação ao despacho do juiz em favor do agravo de instrumento. Hernani aprovou o serviço "Hoje, estou com a causa praticamente ganha. Só falta julgar o mérito e tenho a certeza de que tenho com quem contar", comenta o servidor do Tribunal Regional Federal.

Essa relação de confiança entre servidor e sindicato se reflete na procura pelo atendimento jurídico. "Eu procurei o Sindjus para me acompanhar nos processos pessoais em razão do desempenho dos processos profissionais. Nós temos sido vitoriosos em várias causas cole-



O atendimento jurídico do Sindjus tem possibilitado o sorriso de associados, como o de Mereaim, do TST

tivas, caso contrário eu não teria procurado esse serviço", garante a servidora do Tribunal Superior do Trabalho, Mereaim Pallazo.

Pelo fato de também ser da área jurídica, Mereaim sempre procurou um advogado que desse a ela oportunidade de trabalhar em conjunto, construindo uma ação a quatro mãos. Depois de muito tempo, ela encontrou essa "parceria" no Sindjus.

"Quando a gente já entende de direito é difícil deixar uma ação completamente na mão de outros profissionais. A gente sempre quer, de alguma forma, participar", afirma Mereaim que

tem várias ações pessoais no sindicato, com destaque para uma rescisão de contrato.

Para a servidora que integra a equipe do gabinete do ministro Carlos Alberto, os processos feitos pelo departamento jurídico do Sindjus são muito bem fundamentados pela equipe que, na avaliação dela, é extremamente responsável e tem contribuído para auxiliar de maneira qualitativa a sua vida profissional e pessoal.

MUDANÇA DE VIDA

A confiança também pode



"Fui tratada como um ser humano", revela Ruth Ester, do STF.

ser testemunhada pela servidora do Superior Tribunal Militar, Maria José Xavier.

A servidora, que trabalha no Plano de Saúde do tribunal, declara que a assessoria do Sindjus está resolvendo a sua vida. "Recentemente, eu tive uma ação de separação de corpos, que consegui êxito por causa do sindicato. Hoje, estou com ação de alimentos, ação para separação litigiosa. Eu não teria condições de fazer isso por meio de outro profissional".

Além do fato de não ter de pagar as despesas com advogados, Maria José resalta a qualidade do serviço. "Eu venci todas as audiências de que participei até agora, fui muito bem assessorada em todas elas por advogados combatíveis, que vestem a camisa dos servidores. Não é porque é de graça que é ruim, ao contrário, o trabalho da equipe é muito bom".

Maria José, que tem em sua maioria ações de natureza cível (que é a mais procurada pelos associados – vide tabela), vai



"O jurídico do Sindjus tem mudado a minha vida", garante Maria José, do STM.

mais além ao dizer que é a prova viva de que esse trabalho está dando certo.

Williekens Sousa procurou o departamento jurídico do Sindjus para resolver uma questão criminal, da qual havia sido vítima. Natural do Piauí, o servidor do MPDFT não conhecia nenhum advogado em Brasília para confiar uma questão delicada que estava tirando o sono de sua vida profissional e particular.

"Eu já era filiado, cheguei e fui valorizado como parte de uma instituição que quis me ajudar. Se eu tivesse optado por um advogado particular, teria sido tratado como se eu fosse ninguém", desabafa Williekens. E continua: no meu caso, em específico, o Sindjus se transformou em um canal, em um facilitador, em um porto seguro, onde eu pude ser respeitado e valorizado, alcançando sucesso em minha ação".

Para o servidor que trabalha na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do MPDFT o carimbo de credibilidade de



Para Hernani, do TRF, todos os associados deveriam participar do atendimento jurídico

uma instituição como o Sindjus conta muito numa situação como essa. "O Sindjus que já nos tem ajudado muito nas questões coletivas, agora passou a experiência de toda essa segurança, de toda essa empatia, de toda essa credibilidade adquirida em 17 anos de luta para o atendimento jurídico de causas pessoais", afirma Williekens.

Hernani também distingue o retorno dado pelo jurídico do Sindjus, que não abandona o "associado". "Existe muita resposta, muito feedback por parte da equipe do jurídico. A gente se sente valorizado, respeitado e amparado por estar sempre recebendo uma posição do nosso processo, um assessoramento".

UNIÃO E SOLIDARIEDADE

Segundo os associados, é bom sentir parte de um corpo unido e solidário "Além de estar em um momento de grande necessidade por um atendimento jurídico, encontrei também uma sensação de proteção que nunca

tive. O meu primeiro atendimento foi com um advogado e eu não senti a liberdade para falar sobre uma questão de família. Estava muito fragilizada e fiquei tímida diante dele", declarou Ruth Ester.

Foi então que a servidora do Supremo Tribunal Federal conversou com a equipe e rapidamente foi encaminhada para uma advogada. "Foi exatamente como eu esperava. Ela foi decidindo as minhas necessidades, compreendendo o que precisava ser feito. Fui tratada como um ser humano, o que é muito difícil a gente encontrar hoje em dia". Além da questão de respeito, Ruth destaca a organização do serviço, que é dividido de acordo com o tipo de ação pretendida pelo associado.

"O bem-estar do servidor depende da vida particular dele. Se a vida está bem, ele se sente mais forte para enfrentar as questões coletivas. E é isso que o Sindjus tem feito ao amparar os servidores em todo o momento de sua vida", afirma Ruth. E continua: "Hoje, falo para todo mundo que o Sindjus cuida de mim".

NÚMERO DE ATENDIMENTOS

Só neste ano de 2007, a equipe do jurídico realizou quase 500 atendimentos para causas diversas, como cível, família, administrativa e penal. Desses, 102 se transformaram em ações judiciais. Acompanhe na tabela abaixo esses números detalhados.

TIPO DE CAUSA	Nº DE ATENDIMENTOS	PERCENTUAL
Família	198	40%
Cível	228	46,07%
Administrativa	38	7,68%
Penal (menor potencial ofensivo)	8	1,62%
Outros	23	4,65%
TOTAL	495	



José Geraldo de Souza Junior
Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB,
coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Responsabilidade Sindical e Projeto de Vida

Em tempos de globalização, a busca por alternativas para um mundo melhor tem trazido à discussão uma perspectiva interessante, que é pensar a reinvenção do movimento sindical, um processo que coloca hoje os sindicatos mais como movimentos do que como instituições.

Boaventura de Sousa Santos designa esse processo por "sindicalismo de movimento social" ou "sindicato de cidadania", descrevendo-o como parte de um mais amplo e arrojado arco de solidariedade, adequado às novas condições de exclusão social, que acabaram por conferir à

ação sindical um novo papel na sociedade: "mais político, menos setorial e mais solidário. Um sindicalismo de mensagem integrada e alternativa civilizacional, para o qual a ação reivindicativa não pode deixar de fora nada do que afete a vida dos trabalhadores e dos cidadãos em geral".

Essas indicações não são estranhas para um sindicato como o Sindjus, cuja plataforma de ação jamais perdeu de vista essa perspectiva. Aliás, num dos muitos enfoques do último número de sua Revista, a matéria "Por um novo mundo", vários associados, em enquete, mostram exatamente essa dimensão solidária de uma disposição que deseja "contribuir para transformar o mundo num lugar melhor para se viver".

A matéria chama a atenção para um enunciado que, originado de um carisma religioso-evangelizador, tanto que o método para a ação pastoral ganhou relevo psicopedagógico e até motivacional profissional para orientar escolhas e modelos de autorealização: a idéia de projeto de vida.

Com efeito, seja como disciplina em cursos de formação, seja como programa para orientação de jovens, seja como estudos sociais de representações ou até mesmo como eixo orientador da ação de empresas educativas, a noção serve

para descrever objetivos motivacionais que, a exemplo do Projeto Axé, cujo caráter educativo é bem conhecido, consistem em propiciar a construção de projetos de vida pessoal e social, tendo o trabalho como via essencial de construção da cidadania.

Já nesta última observação, nota-se o deslocamento que, desde uma condição claramente subjetiva, começa a abrir um ângulo mais social e coletivo para conceber a idéia de projeto de vida. Já não se trata apenas de um estado emocional, como em Chico Buarque (A Rosa), em frustração de desamor: "Arrasa o meu projeto de vida/ Querida, estrela do meu caminho/ Espinho cravado em minha garganta, garganta/ A santa às vezes troca meu nome, e some/ E some nas altas da madrugada. "O que começa a se por em causa agora é, filosoficamente, em que a existência só pode ser compreendida em sua relação com o mundo, relação na qual cria o mundo ao mesmo tempo em que é criada por ele. Como em Sartre, aludindo à questão da existência e da essência do homem para sustentar que, durante sua existência, o homem vai fazendo escolhas que constituem seu projeto, o qual o define (O Existencialismo é um humanismo).

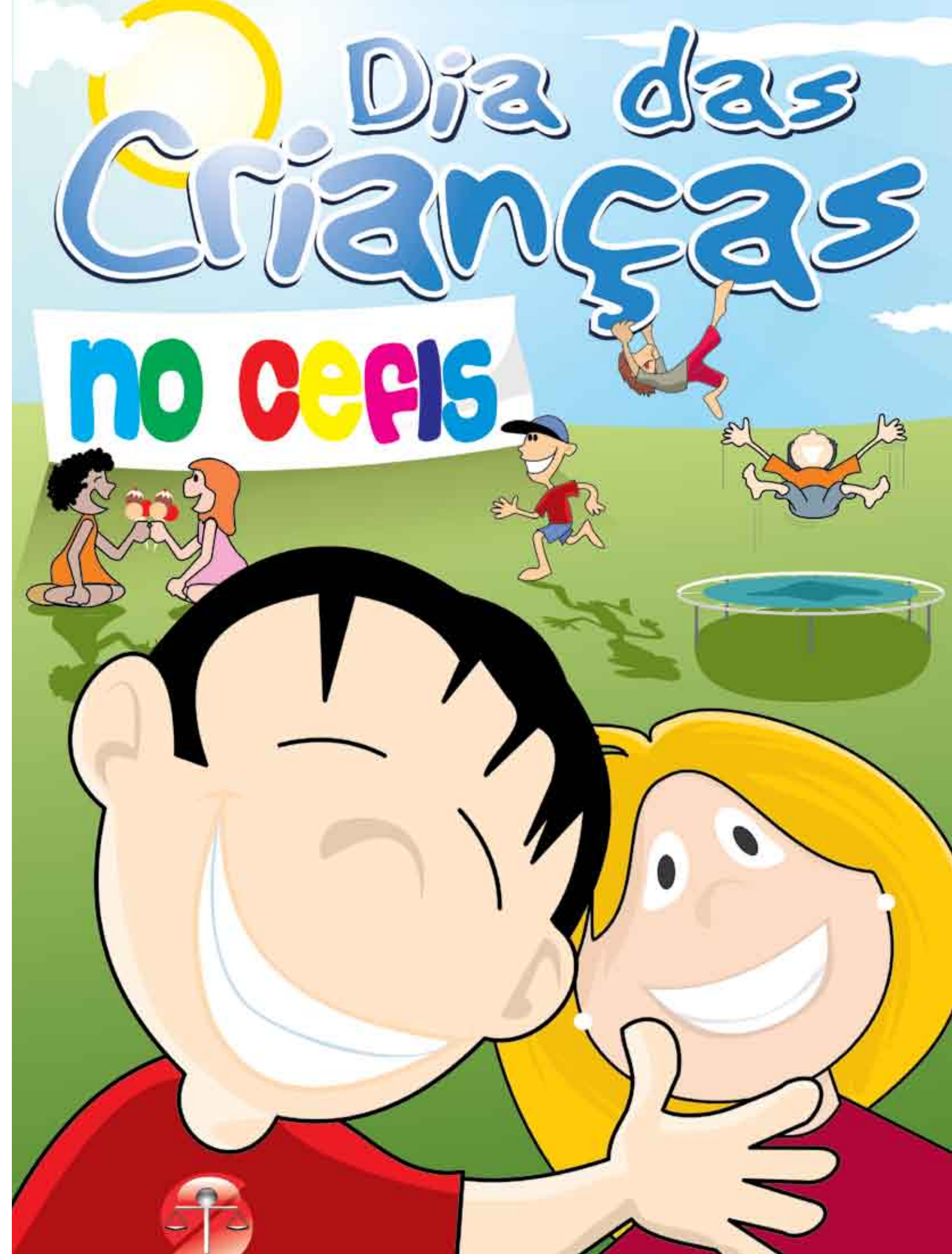
Referindo-se ao diálogo de culturas, o teólogo, filóso-

fo e indigenista Paulo Suess empresta essa dimensão social ao conceito, referindo-se ao conjunto de práticas que caracterizam o projeto de vida de um povo ou grupo social e pode assim falar de um outro mundo que já existe, resgatando das práticas comunitárias Yanomami uma pedagogia exemplar, feita projeto de vida, pleno de uma solidariedade imediata e pré-institucional. Atrás desta solidariedade, diz ele, "está a experiência de que a vida é vida em rede, onde uns têm necessidade dos outros e todos são necessários".

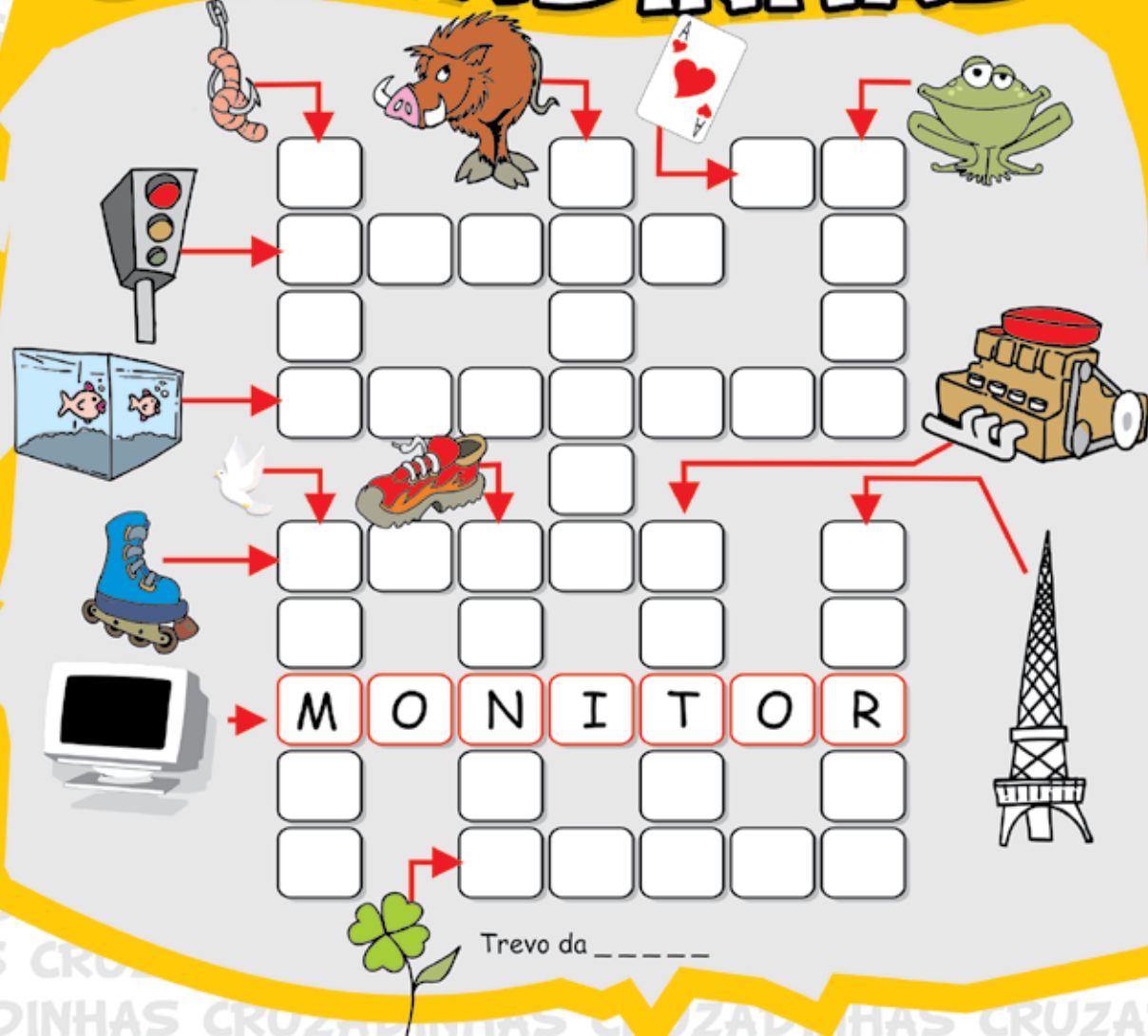
Trata-se de uma projeção de aspirações e desejos que se lançam para a realidade histórica por impulso de protagonismos que lhe dão forma, como tão bem mostrou a filosofia da libertação. Mas alcançam também o mundo do Direito, tal como destacado nesta coluna, em artigo de julho de 2004 (Previdência Social, Dignidade da Pessoa Humana e Projeto de Vida).

Ali, comentando uma decisão judicial relativa à previdência social, mencionei a acolhida que vem tendo desde julgados de cortes internacionais de direitos humanos, a tese da inviolabilidade de projetos de vida. Vale dizer, dos valores que os constituem, sonhos, liberdade e o direito de cada pessoa ou grupo social poder escolher seu próprio destino.

Seja como disciplina, como estudos sociais de representações ou até mesmo como eixo orientador da ação de empresas educativas, a noção serve para descrever objetivos cujo caráter é bem conhecido.



CRUZADINHAS



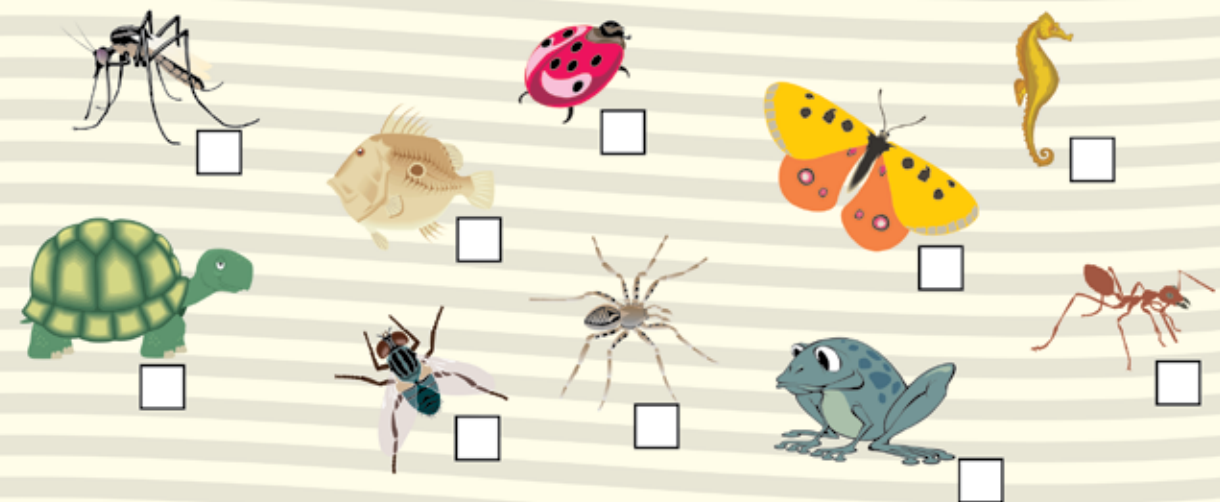
GAÇA PALAVRAS

C	O	M	P	U	T	A	D	O	R	D	N
M	H	Y	E	P	C	K	O	L	Q	Ç	B
N	B	V	G	I	R	A	F	A	L	F	B
Ç	O	P	B	R	F	X	W	P	H	M	Ç
N	L	U	R	U	C	A	M	I	G	O	S
M	A	N	V	L	U	J	D	S	B	N	P
N	O	B	G	I	P	L	O	N	O	U	I
L	P	Ç	B	T	I	E	U	N	N	C	N
C	A	C	H	O	R	R	O	Z	E	N	D
A	N	I	M	V	A	A	K	N	C	O	I
F	L	O	R	O	S	E	X	I	A	O	O

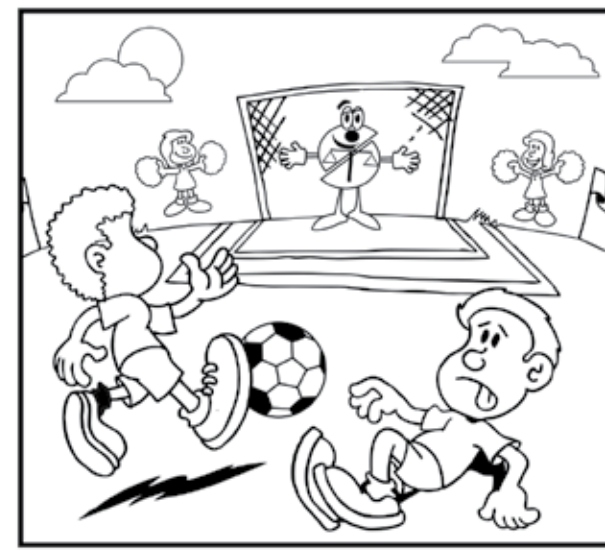
CACHORRO
PIRULITO
FLOR
INDIO
AMIGOS
GIRafa
COMPUTADOR
BOLA



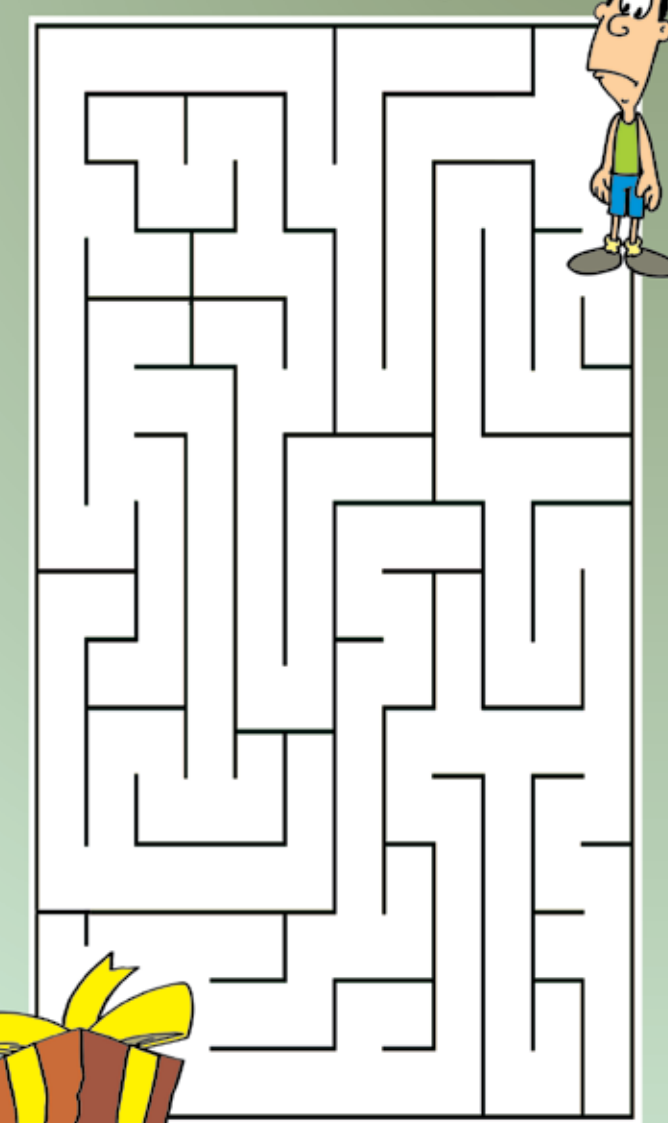
QUAIS DESTES BICHOS NÃO SÃO INSETOS



JOGO DOS 7 ERROS



Ajude o JÚNIOR a encontrar o presente do dia das crianças



Programação divertida no Cefis

O Sindjus organizou uma programação diferente para comemorar o Dia das Crianças, no Cefis. Dentro do entendimento de que a data não pode ser marcada como uma programação consumista, mas de homenagens aos pequenos e de confraternizações entre pais e filhos, o sindicato organizou um roteiro especial, repleto de brincadeiras centenárias, daquelas que remetem às nossas raízes. São atividades como pintura de rosto, peteca, bambolê, pula-pula e várias outras que têm tudo para encantar tanto os filhos como os pais.

Uma boa dica para os pais é aproveitar o clima e levar frutas e toalhas ao clube, para fazer um piquenique embaixo das árvores. Certamente, será um momento imperdível, que tem tudo para ficar registrado por muito tempo na memória das famílias. Não percam!



BRINCADEIRAS PROPOSTAS EM FORMA DE OFICINAS PARA AS CRIANÇAS E SEUS PAIS:

Brincadeiras * Jogos * Esportes * Atividades Aquáticas * Futebol * Oficina de Artes * Música * Pintura de rosto

Programa de atividades para as crianças:

- | | | |
|------------------|----------------------|---------------------|
| • Biloca | • Pião | • Boca de forno |
| • Soltando pipa | • Elástico | • Elefante colorido |
| • Pulando corda | • Vai e vem | • Segura caixaõ |
| • Jogando peteca | • Pintura de rosto | • Queimada |
| • Bambolê | • Kit com guloseimas | • Futebol |

Outras atividades: voleibol, basquetebol, futebol, handebol, natação e capoeira.

Atividades Complementares: argila, teatro, gincana, desenho, origami e pintura.

Locais previstos para realização das atividades: quadras internas; piscinas; áreas internas; play ground.



Mais pobreza, menos miséria

Pesquisa da FGV mostra que Brasil melhorou indicadores sociais de pessoas com menor renda

Dom Helder Câmara, no auge da ditadura militar, costumava dizer que pobres são todos aqueles que possuem o mínimo para comer, enquanto os miseráveis são os que nada têm, nem mesmo esse mínimo. Os tempos são outros, mas certamente o arcebispo pernambucano, que criou a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e travou - no país e fora dele - uma luta pela garantia dos Direitos Humanos, ficaria feliz com os resultados da última pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Afinal, o estudo constatou que o Brasil é, atualmente, um país menos miserável do que na década de 90.

Deixando de lado as concepções de Dom Helder e levando-se em conta o padrão da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera miseráveis as pessoas com renda mensal insuficiente para comprar alimentos que permitam a ingestão diária de 2.228 calorias, o país registrou, no ano passado um índice de miséria de 19,31% da sua população global. Em 2005, os miseráveis representavam bem mais: 22,77% de todos os brasileiros. O que significa dizer que, no último ano, cerca de 6,5 milhões de pessoas passaram a ser pobres, saindo da condição de miserabilidade.

Parece pouca coisa, mas não é. O estudo, divulgado

na segunda quinzena de setembro pela FVG, tomou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E constatou ainda mais: que essa redução da miséria vista em 2006 é a maior dos últimos 15 anos no Brasil. Sem falar que, quando a diminuição é observada em relação a esses 15 anos, chega ao patamar de 45% a menos de miseráveis entre a população.

Um número que mostra, em meio a desacertos, omissões e descaminhos no país, que muitos programas também deram certo e representaram significativa melhoria na distribuição de renda, conforme explicou o

coordenador da pesquisa, o economista Marcelo Neri. Segundo ele, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu cerca de 2,3% em 2006, a renda domiciliar per capita do Brasil foi ampliada em 9,16% em relação ao ano anterior.

A pesquisa apontou que as políticas sociais do governo Lula tiveram forte impacto nestes resultados. No período entre 2003 e 2007, por exemplo (primeiro governo Lula), a miséria foi reduzida em 27,7%. Uma queda que começou a ser notada, embora em menor quantidade, nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando também se registrou diminuição do número de brasileiros miseráveis - em 17,2% do total da população.

DESIGUALDADE CONTINUA

Iniciativas como os reajustes do salário mínimo e o programa Bolsa Família certamente ajudaram a consolidar tal quadro, mas há dúvidas, entre os pesquisadores, sobre mudanças nas desigualdades sociais. Conforme os dados analisados pela FGV, a soma dos rendimentos dos 50% brasileiros mais pobres aumentou em 12%. Já a soma dos rendimentos dos mais ricos, cresceu em ritmo menor, de 7,8% ao ano.

O problema é que, enquanto os pobres melhoraram de fato sua renda e fizeram questão de declarar isso ao IBGE, os mais ricos – pessoas que possuem aplicação financeira e outros rendimentos – têm feito de tudo para omitir essa parte dos seus ganhos. O que contribui para a argumentação de que, enquanto os dados sobre os pobres e miseráveis são estes mesmos, os percentuais dos mais ricos podem não corresponder à realidade e serem ainda maiores do que se pensa.

Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, por exemplo, o que se observou, mesmo, foi uma “redução na desigualdade dos salários e não da renda”. A teoria de Pochmann é de que “a parte da renda do conjunto dos verdadeiramente ricos afasta-se cada vez mais da condição do trabalho para aliar-se a outras modalidades de renda, como as provenientes da posse de propriedades (tais como terras, ações e títulos financeiros, entre outros).

De fato, Lula concedeu, no primeiro mandato, aumento do salário mínimo de 23,2%, considerado, na época, acima da inflação. E o governo passou a atender com o Bolsa Família, no ano passado, cerca de 11 milhões de famílias.



Medidas que acarretaram em ganhos significativos para os mais pobres.

MAPA DOS MAIS RICOS

Os mais abonados, por outro lado, estão mudando o chamado mapa da riqueza do país. Um outro levantamento, feito em julho pela Receita Federal, revelou que o número de pessoas que possuem mais de um milhão em terra tupiniquim cresceu cerca de 64% no período entre 2000 e 2003 – o que representa um total de 18.541 milionários.

O estudo foi feito a partir das declarações de imposto de renda e mostram que, em todo o país, existem 72 brasileiros que ganham mais de R\$ 50 milhões por ano. Conclusão geral: Dom Hélder, certamente, ficaria feliz com a redução dos índices de miseráveis, mas, assim como nós, brasileiros normais, constataria que ainda é preciso muito para nivelar o grande fosso que separa os ricos dos pobres no país.

“Acabar com a pobreza e a miséria requer a execução de atividades diversas. O que se precisa, por parte dos governos, é priorizar estas ações para se chegar aos resultados desejados”, enfatizou o soció-

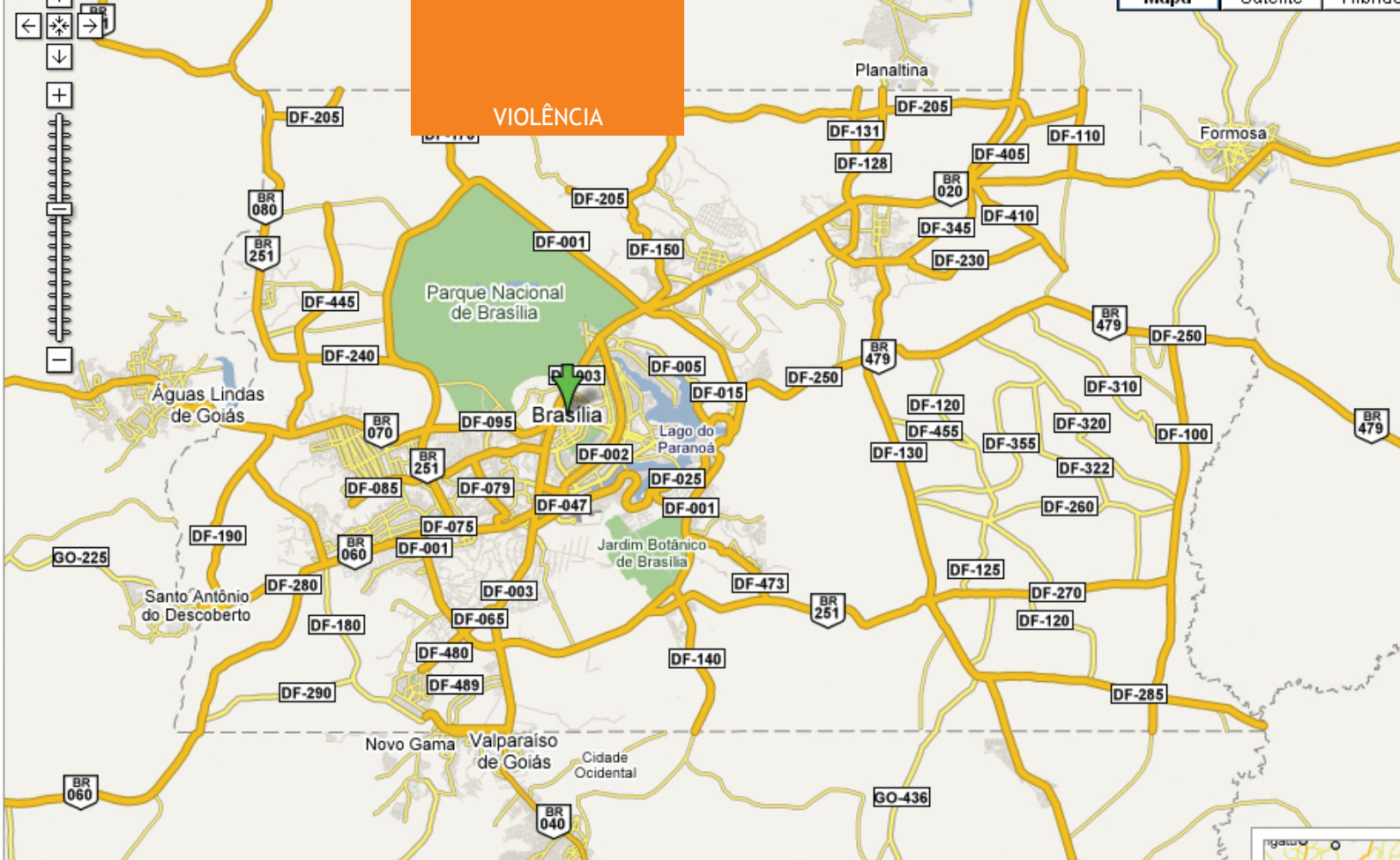
logo, pesquisador do Centro de Pobreza da ONU e atual membro do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES), Ricardo Paes de Barros.

PERCENTUAL DE MISERÁVEIS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

ANO	PERCENTUAL
1992	35,16%
1993	35,31%
1995	28,79%
1996	28,99%
1997	28,50%
1998	27,18%
1999	28,38%
2000	26,72%
2001	27,63%
2002	26,72%
2003	25,38%
2004	22,77%
2005	19,31%

Fontes: Pesquisa da FGV, dados do Pnad/IBGE



Criado para ser uma Ilha de Excelência no país, o Distrito Federal apresenta, hoje, grande índice de violência no seu Entorno

Entorno do DF - Terra de muitos, território de ninguém

Se a violência no Distrito Federal está assustando quem mora nas cidades satélites mais próximas ao centro de Brasília, os altos e crescentes índices de crimes, registrados nos municípios que integram o Entorno da capital, provocam um verdadeiro desespero à população que vive nessa área. A região cresceu desordenadamente ao redor de Brasília e foi moldando junto uma história de criminalidade, comparada à violência de regiões tradicionalmente conhecidas pelos altos índices de crimes cometidos, como Recife e Rio de Janeiro.

A crise, já conhecida pela população que vive no entorno, repercutiu nacionalmente após a tentativa de homicídio contra

o jornalista Amaury Ribeiro Jr, na Cidade Ocidental, a 45 km de Brasília. Amaury fazia uma série de reportagens, exatamente sobre a violência no Entorno. O repórter não morreu, mas vai levar com ele as marcas da violência e da retaliação dos criminosos. Segundo a Polícia Civil de Goiás, nos 19 Municípios do Entorno de Brasília - que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) - foram registrados 189 homicídios, 175 tentativas de assassinato, 7.324 furtos, quase 3.000 roubos e seis latrocínios. Tudo isso, apenas nos primeiros seis meses deste ano.

O mapa do crescimento populacional nessas regiões é seguido de perto pela elevação

dos níveis de violência. Dados do IBGE mostram que, entre 2001 e 2006, Planaltina de Goiás passou de 40.021 habitantes para 94.717. Santo Antônio do Descoberto foi de 35.509 pessoas para 74.867. Já a Cidade Ocidental, que já foi apenas um bairro de uma outra cidade do Entorno - Luziânia – hoje já conta com uma população de 47.499 pessoas. Águas Lindas de Goiás, que, pelos cálculos da prefeitura, já tem uma população de quase 200 mil pessoas, começou com apenas cinco mil moradores. Se continuar assim, a população de Águas Lindas, que hoje convive com esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto e buracos de toda sorte, pode chegar a um milhão, nos próximos 25 anos.

TERRA DE NINGUÉM

Mas, afinal, por que o Entorno se transformou nesse campo minado? Estudos realizados por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) mostram que a violência na região está ligada à pobreza, tráfico de drogas, consumo de álcool e alto nível de desemprego. De acordo com o pesquisador e doutor em sociologia, Antônio Flávio Testa, no Entorno as pessoas são induzidas à violência. “Os pais vêm trabalhar em Brasília e deixam os filhos sozinhos. As crianças ficam vulneráveis. Não há boas escolas, a polícia praticamente não existe, não tem oferta de lazer. Com isso tudo e mais a pobreza local, o crime organizado

se instala e usa a região como base de apoio”.

A verdade é que, até bem pouco tempo, na região, nenhum dos governos vinha demonstrando a atenção necessária ao problema, nem investindo de forma suficiente. Prova disso é que, para a formalização de acordo entre o estado de Goiás e o GDF sobre os custos da contrapartida à União com vistas à formalização do pedido de uma força-tarefa de segurança pública, houve, antes, um impasse financeiro.

É que o estado de Goiás afirmou não ter recursos para arcar com a infra-estrutura em hospedagem e transporte para o pessoal e, somente depois de uma negociação, o GDF assumiu o compromisso de pagar tais despesas. A União, por sua vez, ficou responsável pelo pagamento das diárias do efetivo.

Mesmo assim, para mudar essa situação, o sociólogo Antônio Flávio só vê uma saída: investimentos no Entorno. Investimento no combate ao crime organizado, com manutenção de policiais nas cidades; criação de empregos para evitar a migração de trabalhadores e, conseqüentemente, a desagregação familiar; implementação de infra-estrutura e oferta de melhores escolas e lazer para a população.

O EXÉRCITO NAS RUAS

A força tarefa que começa a operar na região do Entorno é a mesma que atuou nas ruas do Rio de Janeiro durante os Jogos Pan-americanos - para auxiliar no combate à criminalidade. A solicitação dessa chamada Força Nacional de Segurança é conseqüência dos índices alarmantes de violência, que têm feito a população sofrer com a perda de seus familiares, com o descaso do poder público e com o medo de ver seus filhos saindo de

casa para não mais voltar.

Foi assim que aconteceu com as famílias das duas jovens mortas, no último dia 13 de agosto, na Cidade Ocidental. Raiane Maia Moreira e Natália Oliveira Vieira foram brutalmente assassinadas. Com sinais de violência sexual, as garotas de 17 e 14 anos foram encontradas abraçadas, à beira de um córrego. Os assassinos ainda se encontram em liberdade.

A violência não marca apenas aqueles que morrem, vítimas diretas dos bandidos. Ela destrói famílias inteiras e transforma em reféns aqueles que ficam. Marco Aurélio Gomes, pai de Natália Cristina Façanha, outra adolescente brutalmente assassinada na Cidade Ocidental, conta que a tristeza tomou conta de sua vida. “Quando vim morar aqui, a cidade era pacata. Vivi momentos maravilhosos nela. Minha filha era o grande amor da minha vida. Hoje, só o que sinto é tristeza e desespero por viver numa terra de ninguém”. Marco Aurélio espera que a Justiça cobre daqueles que mataram sua filha e que tantos outros pais, mães e familiares de pessoas assassinadas não permaneçam sem respostas.

SEGURANÇA E CIDADANIA

Para a sociologia, a segurança pública está profundamente ligada às ações sociais. Pensando nisso, o Ministério da Justiça está desenvolvendo o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas). O projeto, criado para combater a criminalidade no país, articula políticas de segurança acompanhadas com ações sociais, prioriza a prevenção de crimes e busca atingir as raízes das causas da violência, sem deixar de lado as estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas. Em agosto passado, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva sobrevoou os municípios do Entorno de Brasília. Eles estão na lista dos que serão beneficiados com os recursos do Pronas.

POLICIAIS TAMBÉM PEDEM SEGURANÇA

No começo de setembro, cerca de 50 policiais civis do Entorno realizaram manifestação em frente à Praça dos Três Poderes. Eles pediam segurança. O presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Goiás, Silveira Alves, afirmou que, em algumas cidades da região, apenas um policial é responsável pela segurança de até cinco mil habitantes. Segundo ele, para cada 100 mil habitantes do Entorno, ocorrem 67 assassinatos. No Plano Piloto, esse índice é de 15 homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas.

Silveira tocou ainda em outro ponto: os assassinatos dos próprios policiais do Entorno. Para ele, acabar com esses crimes não depende apenas de investimentos em aparatos. “É necessário investir também em novos concursos para contratação de mais policiais, investir em melhores salários e em delegacias. Hoje, temos um efetivo de 300 policiais civis e 1.800 policiais militares. Precisamos de 1.000 policiais civis e pelo menos 3.000 policiais militares”.

Para o presidente do Sindicato, Silveira Alves, sem investimentos no efetivo, nem a ação da Força Nacional de Segurança ou da Polícia Federal na região vai adiantar. “Eles estarão lá somente por um período e, quando esse prazo terminar, tudo voltará exatamente ao mesmo ponto e da mesma forma de quando começou”.

O MAPA DA VIOLÊNCIA NO ENTORNO

Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) dos Municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

DADOS: 2005

Novo Gama (GO): 68,76%
Luziânia (GO): 66,58%
Planaltina de Goiás (GO): 50,68%
Formosa (GO): 46,54%
Águas Lindas de Goiás (GO): 45,83%
Cidade Ocidental (GO): 33,68%
Cristalina (GO): 30,10%
Cocalzinho de Goiás (GO): 28,90%
Santo Antônio do Descoberto (GO): 28,05%
Pirenópolis (GO): 23,54%
Padre Bernardo (GO): 20,28%
Alexânia (GO): 8,97%
Abadiânia (GO): 7,85%
Valparaíso de Goiás (GO): 35,99%
Unai (MG): 18,59%
Paracatu (MG): 14,46%
Buritiz (MG): 0
Cabeceira Grande (MG): 0
Formosa (MG): 0

Fonte: Ministério da Saúde (últimos dados divulgados).



No caminho certo

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF – Sindjus - está com a agenda cheia, principalmente no mês de Outubro. Além de estar preocupado com a qualidade de vida do servidor, no sentido de uma melhor atuação do exercício individual e coletivo, para uma vida mais produtiva e feliz, está diretamente ligado e à frente das atividades que serão realizadas na Praça dos Tribunais, no próximo dia 23 de Outubro. O Sindjus quer apontar, por meio dos trabalhos

pessoal e social do filiado. Na busca pelo estreitamento da relação com o público, será lançada a campanha “Atitude, tenha a sua”, uma mensagem de conscientização, com o objetivo de demonstrar que um pequeno procedimento pode gerar grandes resultados. Uma boa atitude é como um beija-flor que carrega sozinho um pouco de água no bico para apagar o incêndio de uma grande floresta. Ele pode não resol-

Servidor Público e com show da cantora Leila Pinheiro, às 17h, também promovido pelo sindicato.

Comemoração consciente

A 1ª Mostra Justiça e Bem Viver, sob o tema, “Justiça, saúde e responsabilidade socioambiental: direito de todos, compromisso de cada um” só foi possível com o estabelecimento de parcerias, garante a Diretora de Divisão de Benefícios Sociais do Tribunal Regional Federal – 1ª Região (TRF) e idealizadora do projeto, Ruthe Maria Cruz Vaz. A valorização do servidor e familiares como centro de

público estimado em seis mil pessoas, entre servidores, familiares e a população trabalhadora do Setor Bancário e do Setor de Autarquias Sul.

Para a 1ª Mostra, o bem-estar, saúde, desenvolvimento de habilidades e entrosamento entre todos os membros da equipe são os referenciais do evento, sendo a palavra-chave motivação e a chamada principal para os envolvidos, a caminhada pelas vias da justiça e da cidadania corporativa, fatores de reflexão sobre as cinco estações abordadas no decorrer do evento.

A Estação Justiça terá o papel de conscientizar o público quanto à missão e competência dos órgãos envolvidos, expor a trajetória da Justiça Brasileira e do Sindjus, divulgar e disponibilizar os serviços de interesse do cidadão. A Estação Saúde desenvolverá atividades teóricas e práticas relacionadas à prevenção e promoção de saúde, como a realização de exames. A

todas as ações e reflexões sobre a transformação individual para uma vida social coletiva e harmonizada serão alguns dos temas discutidos na Praça dos Tribunais Superiores, entre os dias 23 a 26 de Outubro, em Brasília.

A mostra contará com a participação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e da Seção Judiciária do Distrito Federal (JF/DF). Outros parceiros também participam da organização de uma estrutura especial, com 30 stands, com capacidade para receber um

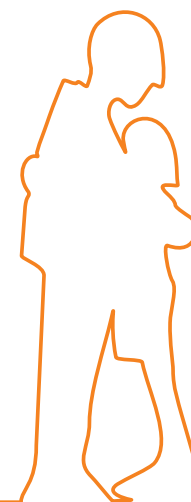


desenvolvidos, a responsabilidade de cada pessoa com a construção de um mundo melhor. Quer mostrar também o poder da mudança existente em cada cidadão, e assim, nos vestir de coragem para assumirmos a responsabilidade por nossas atitudes, ganhando com isso mais legitimidade para cobrar dos outros.

Para tanto, o Sindjus apóia e organiza o Projeto “1ª Mostra Justiça e Bem Viver”, expondo a inquietação com o bem do servidor, não apenas pela luta dos direitos imediatos mas, sobretudo, pela saúde, desenvolvimento e desempenho

ver o problema, mas estará fazendo sua parte.

Sob o olhar vigilante do sindicato, as etapas definidas para o projeto, abordarão temas de grande importância para a saúde, consciência e integração do servidor público. Para compreensão e divulgação da mensagem, o Sindjus montará um stand na Mostra, apresentará o hot site da campanha e distribuirá material explicativo e publicitário aos filiados, como adesivos para carros e agendas. As atividades realizadas na Praça dos Tribunais serão finalizadas com a comemoração do Dia do





Em comemoração ao dia do servidor e ao encerramento da mostra *Justiça e Bem Viver*, o Sindjus promove, no próximo dia 26, show com Leila Pinheiro,- a partir das 19h, na Praça dos Tribunais.

QUALIDADE DE VIDA

Saúde, é preciso doar

Estação Meio Ambiente cuidará da sensibilização e conscientização ambiental. A Estação Cultura e Lazer oferecerá uma programação variada, com apresentações artísticas e culturais e exercícios recreativos. E ainda, a Estação Viver Bem, que visa despertar o interesse pelo crescimento pessoal e a promoção do exercício da paz e da cidadania.

A soma de todos os feitos realizados pelo Projeto pretende integrar idéias, pessoas e parcerias, assumir um caráter social e educativo, rever valores, repensar posturas, hábitos e comportamentos pessoais e coletivos, em busca de uma vida mais saudável e feliz. Durante o evento, também será comemorado o Bicentenário do Poder Judiciário.

A saúde deve estar em primeiro lugar. Por esse motivo, os organizadores da 1ª Mostra Justiça e Bem Viver fecharam algumas parcerias para realizar atividades de prevenção e tratamento de doenças, como a identificação de Lesão por Esforço Repetitivo (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), câncer e distúrbios psicológicos, além de uma campanha anti-tabagismo. Entre os parceiros, o Hospital de Base e o Hemocentro de Brasília promoverão a conscientização dos servidores para a doação de sangue e de órgãos. Para a colaboração e sucesso desse trabalho é preciso que os potenciais doadores entendam que, para se ter corpo e mente saudáveis

é preciso doar para aqueles que precisam disso para sobreviver.

As ações feitas externamente são de extrema importância para o Hospital de Base, porque intensificam a coleta dos órgãos e conscientizam familiares, diminuindo assim o índice de recusa, pois não há mais a permissão da doação de órgãos na carteira de identidade do voluntário, informa a Coordenadora do Banco de Olhos de Brasília, Célia Kiyoko Yamagushi. "Temos uma campanha publicitária informativa, na qual a mensagem é: se você é doador de órgãos, avise sua família, pois uma das formas da autorização é pelo conhecimento da vontade do doador", relata Célia. A 1ª Mostra terá, ainda, um stand com vídeos, material informativo,

cadastro de doadores e coleta de sangue para doação voluntária de medula óssea, considerada "doação viva". Célia informa ainda sobre a fila de espera de aproximadamente 1.200 pacientes receptores de córneas e outros 600, para transplante renal.

O Hemocentro por sua vez, estará no local no dia 25 outubro pela manhã, com uma unidade móvel capaz de coletar até 40 bolsas de sangue, segundo o Setor de Captação de Doadores. O objetivo da coleta externa não se restringe à obtenção do sangue. Serve também para divulgar o trabalho aos visitantes, massificar os procedimentos de doação e desmistificar o medo de potenciais doadores. Os critérios para doação de sangue podem ser verificados no site www.fhb.df.gov.br.



Suicídio – uma morte evitável

motivos para continuar vivendo”, exemplifica ela.

QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Problemas, angústias, desencontros e desavenças. Todo ser humano, em algum momento de sua vida, já sofreu com algum desses males. Contudo, para determinadas pessoas, o sofrimento ensina e fortalece mas, para outras, trás desespero e uma tristeza tão profunda que as fazem desejar a própria morte. Dados da Organização Mundial da Saúde - OMS - mostram que o suicídio é atualmente a terceira causa de mortalidade entre 15 e 34 anos, sendo cometido principalmente por adultos. Cerca de 3.000 pessoas se suicidam por dia no mundo, ou seja, uma a cada 30 segundos.

A OMS chama a atenção para um crescimento preocupante nesses índices. Nos últimos 50 anos, o número de suicídios aumentou 60% no mundo. E mais: para cada pessoa que se mata, outras 20 tentam e fracassam. Ou seja, se todas elas conseguissem atingir seu objetivo, seriam 21 pessoas colocando fim à própria vida a cada 30 segundos, no mundo. Os representantes da OMS destacam também que os problemas ocasionados pelo suicídio vão além do óbito do suicida, porque cada morte promove uma devastação emocional e social inimaginável na vida de familiares e amigos.

DOENÇAS PSÍQUICAS

As doenças psiquiátricas

associadas ao suicídio com mais frequência são três: depressão, alcoolismo e esquizofrenia. Todas elas são tratáveis. Por isso, a Organização Mundial de Saúde pede para que os sistemas de saúde prestem maior atenção ao diagnóstico e promovam tratamentos adequados dessas doenças, pois mais de 95% das pessoas que cometem o suicídio apresentam uma delas.

A Dra. Cristina Moura, pesquisadora do tema e mestre em psicologia pela UNB, explica que o suicídio não tem uma causa única. Na verdade, segundo ela, quando alguém se mata, o evento precipitador é o que se chama de “a gota d’água” que faz o copo transbordar. “Quando falamos em fatores de risco, podem-se apontar doenças psiquiátricas, principalmente transtornos de humor, como depressão; ansiedade e estados psicóticos, além de abuso sexual, moral ou negligência na infância; situações de perda como separações de pessoas amadas, luto, mudanças de cidade, etc”.

A especialista lembra ainda que o quanto antes for identificado o problema melhor. “Quando uma pessoa apresenta, por exemplo, um quadro depressivo, é bom que se procure rapidamente ajuda profissional (psicológica e psiquiátrica). Se esta pessoa não se submeter a tratamento, o quadro pode ficar mais intenso e duradouro. Se a pessoa, neste quadro, ainda perde um ente querido por morte, fica muito difícil encontrar

O Ministério da Saúde está buscando implementar um plano para a prevenção do suicídio no Brasil. É a primeira vez que se tem notícia de um plano tão abrangente sobre o assunto. Com a Portaria de 15 de agosto de 2006, criou-se diretrizes para uma política nacional de atenção à questão do suicídio. Para Eduardo Ossege, que faz parte do Centro de Valorização da Vida (CVV) e é Coordenador da Comissão de Ações Comunitárias, esse foi um grande passo. “O Governo brasileiro, graças a Deus, acordou para o problema da saúde mental e o CVV foi reconhecido pelo Ministério da Saúde como única organização de prevenção de suicídio, em nível federal”.

O lema do CVV é “Ligue 141 - Há sempre alguém com quem falar”. O Centro de Valorização da Vida é uma instituição sem fins lucrativos, sem vínculo religioso e de utilidade pública federal. Existem atualmente no Brasil 53 Postos e o serviço é sigiloso, gratuito, 24 horas por dia pelo telefone e além de atender pessoalmente no horário das 8 às 20h, atende também por carta e, em alguns postos, por e-mail. Eduardo explica que quando uma pessoa acaba de tentar suicídio e liga para o CVV, significa que ela quer ajuda para se salvar e isso, naturalmente, facilita o trabalho do voluntário. Contudo, quem está decidido a se matar não liga.

“O voluntário precisa estar

bem preparado para atender aquela pessoa que liga e diz que vai se matar, que está com veneno ou arma na mão. É preciso ouvi-la com toda atenção e compreender cada detalhe da história dela, tem que ser companheiro e perceber cada pensamento e sentimento dessa pessoa. É necessário mostrar que está ali realmente para ajudá-la e assim criar uma relação de confiança, de aceitação e afeto para que a outra pessoa sinta de novo que vale a pena viver”, explica o coordenador do CVV.

No mês de junho foi realizado o II Congresso da ASULAC - Associação de Suicido-

logia da América Latina e Caribe, na cidade de Belo Horizonte e teve a participação de cerca de 300 profissionais, entre médicos, psicólogos, educadores e outros. O tema desta edição do congresso foi “Compreender para Prevenir”. Conforme os organizadores, o alto índice de participação revelou não só a relevância da programação científica, mas o reconhecimento da necessidade de se obter conhecimento para as boas práticas profissionais.

A Dra. Cristina, que esteve no Congresso, destaca também a necessidade de desmis-

tificação do suicídio e da importância de se ter uma visão do suicida como alguém com um enorme sofrimento, que necessita não de julgamento, mas de ajuda. A psicóloga está criando um grupo, na UnB, dirigido às pessoas que perderam entes queridos, principalmente, por meio do suicídio. Contato pelos e-mails: cristina_mmoura@unb.br / cristinammoura@unb.br. Eduardo Ossege, em conjunto com vários voluntários do CVV, também ministra palestras sobre o assunto e desenvolve cursos de aperfeiçoamento para voluntários do Centro.

Taxas de mortalidade por suicídio, segundo sexo e por estado no Brasil.

Nesse intervalo de tempo, verifica-se uma tendência de decréscimo nas taxas de suicídio entre as mulheres e evidencia-se o aumento desse fenômeno entre os homens, de modo diferenciado entre os Estados.

1980			1999		
Estado	Feminino	Masculino	Estado	Feminino	Masculino
Rio Grande do Sul	11,92	4,67	Rio Grande do Sul	18,31	4,02
Roraima	9,72	0,00	Roraima	13,81	6,19
Mato Grosso	8,07	3,01	Santa Catarina	12,75	2,39
Paraná	6,59	3,10	Mato Grosso	10,80	3,47
São Paulo	6,46	2,72	Paraná	10,63	2,12
Santa Catarina	6,06	1,89	Goiás	8,54	2,39
Minas Gerais	5,02	1,89	Mato Grosso do Sul	7,74	2,53
Rondônia	5,01	3,02	São Paulo	7,24	1,49
Espírito Santo	3,92	1,59	Ceará	7,22	1,48
Goiás	3,82	2,53	Rondônia	7,02	2,39
Amazonas	3,32	0,99	Distrito Federal	6,24	1,66
Rio de Janeiro	3,15	1,82	Pernambuco	5,90	1,40
Rio Grande do Norte	3,02	1,13	Rio Grande do Norte	5,48	1,10
Alagoas	2,99	1,38	Espírito Santo	5,48	0,74
Pará	2,67	1,31	Amapá	4,97	0,00
Paraíba	2,62	1,46	Minas Gerais	4,79	1,12
Pernambuco	2,22	1,01	Tocantins	4,48	1,08
Ceará	2,06	0,85	Alagoas	4,16	0,86
Acre	1,93	1,37	Rio de Janeiro	3,84	0,85
Sergipe	1,79	0,34	Sergipe	3,70	0,80
Distrito Federal	1,39	0,99	Amazonas	3,40	0,78
Bahia	1,22	0,52	Piauí	2,91	0,65
Amapá	1,14	0,00	Paraíba	2,82	0,69
Piauí	1,05	0,55	Pará	2,51	0,72
Mato Grosso do Sul	0,67	0,37	Acre	2,25	0,38
Maranhão	0,45	0,45	Maranhão	1,93	0,62
Tocantins	-	-	Bahia	1,72	0,67
Brasil	4,59	1,97	Brasil	6,56	1,48

Extraído do Artigo “Evolução temporal da mortalidade por suicídio no Brasil, 1980 a 1999”. Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz

Mais engajamento com as comunidades

Você acha que os tribunais e o Ministério Público da União poderiam envolver os servidores na promoção da Justiça?

A Emenda 45 (de 31/12/2004), que trata da Reforma do Judiciário, aborda em seu texto a possibilidade dos servidores serem envolvidos em ações voltadas para a promoção da Justiça, mas tal prática ainda é pouco observada em todo o país. Diante deste tema, tão propalado, reconhecidamente importante

e, ao mesmo tempo, tão pouco executado, o Sindjus foi aos tribunais e órgãos do MPU para ouvir a opinião dos servidores.

E percebeu que, de um modo geral, a grande maioria concorda que deve haver maior participação de cada um nas ações voltadas para a promoção da Justiça. Até mesmo como forma de esclarecer melhor os cidadãos

sobre como impetrar com uma ação e, também, para democratizar o acesso da comunidade ao Poder Judiciário como um todo, contribuindo para torná-lo mais célere e atuante.

Por outro lado, os entrevistados chamaram a atenção para a necessidade de, ao se engajarem neste processo, passarem antes por toda uma orientação e pre-

paração específicas por parte dos tribunais e órgãos do MPU. Um deles até destacou a importância dos locais de trabalho estimularem “o espírito de participação, a realização de cursos e o aprimoramento dos estudos”.

Segue, abaixo, a opinião e sugestão de cada um dos ouvidos sobre o assunto.



Rosane de Barros, técnica judiciária do TST

Concordo. A Justiça tem que ser otimizada. Até porque, pelo ponto de vista constitucional, o cidadão tem direito ao acesso à Justiça e, por esse meio, a comunidade poderá usufruir melhor dela, por intermédio do conhecimento que os servidores possuem. Vejo como o caminho para uma Justiça mais atuante. O que o indivíduo quer é que seu problema seja resolvido. E, por vezes, o problema pode ser resolvido por meios extra judiciais da forma como ocorreria numa ação. Isso é garantido pelo Juizado Arbitral, citado na Emenda 45.



Aldemar Alves, técnico judiciário do STJ

Concordo. Mas acho que é preciso estudo para isso. Eu mesmo, não poderia participar porque não tenho faculdade de Direito. Mas muitos dos meus colegas poderiam.



Júlio Augusto Souza, analista judiciário do STJ

É uma proposta válida e que potencializaria o trabalho, não ficando só a cargo dos juizes e promotores. Seria útil, também, por permitir que não fosse utilizada mão de obra mais barata. A única coisa que faltaria, para esse tipo de iniciativa, seria um certo grau de instrução aos servidores.



Fábio Monteiro de Carvalho, analista da PGR

Seria fundamental esse tipo de ação, para aproximar os membros do Ministério Público e Judiciário – dos servidores. Existe muita separação nos próprios órgãos. Mas, no momento, acredito que não haveria capacitação necessária para isso.



Sandra Filgueira, analista judiciária do TST

Acredito que possa dar certo, sim. Tenho muitos colegas que estariam capacitados para tanto, pois são formados em Direito ou trabalham próximos aos ministros. Mas, em minha opinião, para isso é necessário fazer uma escolha criteriosa dos servidores.



Danilo Reunaut, analista judiciário do TST

Acho que antes, o sistema necessita ser melhorado, é preciso arrumar mais atribuições e competências para os funcionários. Essa idéia é apresentada na Emenda 45, mas não acho que tal participação possa ser exercida por qualquer funcionário. É preciso, em primeiro lugar, treinar os servidores, trazer o espírito de participação para dentro de cada órgão e estimular a realização de cursos que levem ao aprimoramento dos estudos destas pessoas.



Maria Célia Rodrigues, técnica da PGR

Acho muito interessante a participação do servidor nesse processo. Qualquer um poderia exercer essa participação, que seria como um acréscimo para o trabalho da Justiça. O problema que vejo para isso ocorrer é a falta de informação necessária para engajar os servidores na busca pelos direitos do cidadão. É importante que cada servidor faça parte e entenda de perto o processo.



Angélica Carolino, analista judiciária do STF

Acho que a idéia pode funcionar. Na verdade não entendo como seria realizada, mas uma integração deste tipo parece ser muito interessante. Sem falar que seria uma oportunidade nova de atuação para servidores que tenham contato com o curso de Direito ou que sejam advogados.



Luiz Alberto Pedro Areal, técnico judiciário do STJ

Hoje, a meu ver, seria muito difícil o engajamento dos servidores nesse tipo de processo, devido ao excesso de trabalho. Talvez quando a quantidade de processos for reduzida e, em consequência, a carga de trabalho, isso seja possível. Primeiro é preciso ter condições e tempo.



Eduardo Henrique Soares, analista da PRG

Acho muito interessante. É uma forma de levar informações para a população. As pessoas não sabem como chegar aos seus direitos. Importante seria capacitar todos os servidores da área jurídica para exercerem esses intermédios.



Marlene Caetano de Oliveira, analista judiciária do TST

Se o servidor estiver preparado, tiver o curso de Direito, por exemplo, acho que é possível sim.



A TV chapa quente

Nos debates e estudos para a construção da nova rede pública de comunicação, há mais interesse em saber se ela vai ser ou não "chapa-branca" e pouco incentivo ao debate estrutural dessa nova e poderosa ferramenta popular: a discussão de conteúdos.

de televisões públicas que oriente as atuais emissoras educativas, culturais, comunitárias e universitárias.

O debate atual concentra-se na linguagem TV, mas estamos diante de uma política pública mais abrangente, que envolve o rádio e a internet. Espera-se também a chamada "migração digital" que será uma abertura de possibilidades na relação do espectador com a TV, pois ele terá acesso a serviços, mensagens, opções de programas e troca de informações. O processo de migração deve ocorrer até 2016 e a multiprogramação e a interatividade são fatores fundamentais nesse império do controle remoto cidadão.

Com a digitalização do sinal, onde há hoje um canal caberão mais quatro. As TVs poderão optar entre transmitir imagens com qualidade muito superior à atual dos canais abertos, ou ter mais canais de TV com programação diferenciada. Na tal "convergência de mídia" a TV adquire ares de computador, dialoga com celular e vai rever a famosa frase de Fellini, quando

abominou a telinha para exibir seus filmes: "televisão é apenas um eletrodoméstico". Pela influência cultural da caixinha de ilusões e o massacre de audiência sobre outras mídias, este eletrodoméstico tem sido muito mais. Principalmente para a população sem maiores opções de fontes de informação e entretenimento, que sofre doses maciças de narcose diária e formam a base do "senso comum" e "opinião pública", que as pesquisas sabem manipular tão bem (principalmente para atingir "verdades" eleitorais e estatísticas que agradem a determinados grupos que podem pagá-las).

EDUCAÇÃO E ARTE

A nova rede de comunicação nasce para ser distinta do que seria uma TV estatal. Ao se esboçar como pública, espera-se mais próxima do interesse público e nem tanto do interesse do público. Parece sutil ou jogo de palavras, mais uma rede educativa deve desenvolver uma agenda definida com valores que instiguem e até polemizem com esse público para a sua escalada de formação. O

reforço da fofoca, da morbidez por violência e escatologia de crimes, humilhações perversas, depravações em diversos níveis são formas bem ao gosto do "interesse do público", - vejam os deprimentes Ratinhos e seus clones - mas ficam à longa distância de um real interesse público.

A rede pública vai lidar com a competência para competir por audiência. E isso vai exigir talento e domínio de linguagem do meio audiovisual. Isso vai radicalizar a TV como espelho onde cada um se reconheça e se valorize as diferenças regionais, como orgulho de pluralidade mestiça e não tentar ser o que não se pode alcançar por cruel imposição da moda dos grandes centros. Muda a visão de periferia, pois cada comunidade é "central" em si por ser distinta e bela ao seu jeito. Muda o sentido de "carência", pois a situação de miséria moral e escravidão ao consumo (os que querem ter o tempo todo) independente de classes.

Ser ou não ser uma TV chapa-branca procede. É recomendável, mesmo, criar mecanismos de controle pela preocupação com o uso do dinheiro público para incensar autoridades ou criar factóides manipuladores do noticiário. Tudo isto é saudável, mas pelo perfil dos que assumiram a implantação da rede (Franklin Martins, por exemplo) e a própria condução das discussões leva a crer em uma definição decente de participação da sociedade e a parcela estatal. A previsão dos recursos para a nova empresa, em 2008, é de R\$ 350 milhões. A chapa-quente da nova rede está na proporção direta em que for competente para competir não só em tecnologia, mas em linguagem e comunicação com talento, senso crítico, compromisso cultural e educativo. E voz ativa para quem está no centro da notícia. Sem perda

do contexto que envolva cada fato ou atitude.

FIM DA DITADURA ESTÉTICA?

Acontece que a predominância de uma só grande rede no país torna qualquer tentativa de diversidade um alento para inteligências e reforço da própria democracia. Roquette Pinto, pioneiro da radiodifusão no país, criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1923, no intuito de levar "o conforto moral da ciência e da arte" a todos os brasileiros. Dessa fase romântica, uma rede pública nunca chegou a ser formatada oprimida pelo modelo das concessões ao setor privado – que pode e deve coexistir perfeitamente na democracia. E quem detém o dinheiro, detém o conteúdo, e molda a estética e classifica os valores. Algo fora destes círculos de interesses é salutar para criar novas relações e experimentos de linguagens.

Para a nova rede (que deve entrar no ar em dezembro) está previsto um conselho gestor, formado por 15 ou 20 representantes da sociedade, com estabilidade de nos cargos, e indicados pelo presidente Lula. Pretende-se a

Com a digitalização do sinal, onde há hoje um canal caberão mais quatro.

formação de um grupo sem "representantes corporativos" (associações e sindicatos) na palavra de Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação Social, coordenador principal da implantação. Ele afirma que representantes de instituições no conselho poderiam restringir

o debate sobre a atuação da instituição pública de comunicação, uma vez que os integrantes poderiam buscar interesses de uma

Para ter autonomia em relação ao governo, a televisão pública deve ter fontes múltiplas de financiamento.

determinada categoria nas decisões. Durante o Fórum Nacional de TVs Públicas, que discutiu metas para a consolidação de emissoras públicas no país, uma das recomendações aprovadas na Carta de Brasília é que a rede deve contemplar a produção regional, fomentar a produção independente e se destacar pelo estímulo à produção de conteúdos digitais, interativos e inovadores. A TV Brasil terá oito horas de programação regional e produção independente. As emissoras comerciais costumam destinar aproximadamente duas horas para o local com noticiários, serviços e programas culturais limitados (geralmente em horários frios como domingos pela manhã). Só excedem quando há transmissão de futebol.

Para ter autonomia em relação ao governo, a televisão pública deve ter fontes múltiplas de financiamento e a intenção é reduzir a dependência do novo canal em relação às verbas da União e dos governos estaduais. "Além do orçamento, haverá dinheiro que virá da prestação de serviços, da captação de recursos do setor privado por meio de patrocínios e a participação em fundos já existentes dentro do governo", garante Franklin.

Beth Carmona, diretora presidente da TVE Rede Brasil e ex-diretora de programação

na TV Cultura de SP de 1990 a 1997, escreveu um artigo para a revista D'Art, do Centro Cultural São Paulo em que resume

o misto de esperança e alerta para este novo momento: "Como recuperar o exercício democrático da comunicação no país e convencer os donos do negócio de que a mídia precisa de novas regras? Como convencer a todos de que é urgente o debate sobre a concentração

dos meios e um uso da mídia com maior equilíbrio e dentro de interesses sociais? Como mudar o jogo depois de mais de 50 anos, onde o mercado se estruturou, foi até bem eficiente em vários momentos e investiu pesado nesta indústria? Como corrigir agora os desvios gerados, a concentração de poder, a ausência de controle e tantos outros fatores que restringem abordagens e visões pluralistas da realidade pela televisão? Como reverter este quadro? Utopia?"

É um longo caminho de atalhos em que a opção pela cessão mercantilista de concessões para exploração dos sinais de TV ao setor privado impediu o amadurecimento do uso dessas ferramentas com um destino mais coletivo e social. Tanto que, a qualquer leve indício de regulamentação ou mera classificação indicativa por horários, já são vistas como "censura". É a diferença entre o sensor que sente e o censor que castra. Nesse jogo, às vezes quem é censurado é quem deseja uma TV mais próxima de quem não tem chances para contar sua história. Tentam controlar quem deseja abrir canais irrigados pela diversidade cultural brasileira. Criam campanhas para impedir mais pontos-de-vista, contradições e olhares diversos. Parece ser conveniente manter o controle de massa pela narcose e o narciso do mais do mesmo.

Ao ligar um aparelho de TV você convida para a sua casa um intruso, um aliado, um inconveniente, um educador ou um manipulador?

Está na hora de a sociedade entrar na definição dos conteúdos e programação da nova rede pública de comunicação. É o momento de se discutir a seiva e o cerne que legitima toda a parafernália eletrônica ou os modelos de financiamento, rede e gestão na relação com o governo e verbas: vamos discutir con-te-ú-dos!!! Esta é a chave do perfil da nova rede pública.

Uma rede de televisão, rádio e internet com autonomia de opinião, pensamento, crítica e aberta a temas excluídos das atuais grandes redes comerciais pode colaborar no fortalecimento da cidadania por estar mais livre das pressões estéticas e políticas do sistema econômico viciado, apenas, em "segmentos de mercados consumidores".

É você quem deve debater, sugerir, avaliar, definir os conteúdos. Uma televisão com a cara do Brasil e o caráter dos brasileiros comprometidos com a educação e a cultura.

